

Da objetividade a objetivação: conceitos, categorias e significados

(uma análise da produção estatística no Brasil)¹

Herberth Duarte dos Santos

hbtsantos@msn.com

Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais
pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE)

Doutorando em Ciências (UNICAMP)

Resumo:

A produção oficial de estatística no Brasil esteve sempre estreitamente associada à ideia de objetividade (em seu sentido clássico), o que pode ser notado pela valorização de sua dimensão técnico-científica, em detrimento de sua dimensão sociopolítica, o que garantiu às instituições oficiais de estatística a credibilidade e legitimidade que buscavam, ainda que às custas de um ofuscamento do entendimento das estatísticas como construções sociais, que guardam limitações e exercem um poder muito específico sobre a interpretação da realidade. Recentemente, contudo, por força da pressão exercida pela demanda contemporânea por novas estatísticas, nota-se, ainda que de forma tímida, uma mudança de paradigma, que passa da objetividade a objetivação. O campo semântico das estatísticas deve ser delineado no momento de sua produção e é a descrição e análise deste processo, ou melhor, dos indícios deste processo de mudança de paradigma da objetividade à objetivação a que este artigo se propõe.

Palavras-Chave: estatística, objetividade e objetivação.

¹ Este artigo foi apresentado originalmente no 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, Simpósio Temático: Repensando a atividade estatística brasileira, realizado em setembro de 2012, na Universidade de São Paulo, São Paulo.

From the objectivity to the objectification: concepts, categories and meanings (an analysis of statistical production in Brazil)

Abstract:

The official statistical production in Brazil has always been closely associated with the idea of objectivity (in the classical sense), which can be noticed by the appreciation of its technical-scientific dimension at the expense of its sociopolitical dimension, which guaranteed to the institutions of official statistical credibility and legitimacy that they sought, albeit at the expense of a blurring of understanding of statistics as social constructions, that keep limitations and exercise a very specific power about the interpretation of reality. Recently, however, under pressure from demand for new contemporary statistics, note, albeit timid, a paradigm shift, from the objectivity to the objectification. The semantic field of statistics should be outlined at the time of its production and is the description and analysis of this process, or rather, the evidence of this process of change of paradigm from the objectivity to the objectification that this article aims.

Keywords: Statistics, objectivity and objectification.

Objetividade e objetivação: o conhecimento como constatação ou construção

A afirmação fundamental que está por trás do raciocínio deste e outros estudos relacionados à sociologia das estatísticas é a de que *as estatísticas oficiais fazem parte de um laborioso processo de construção social da “realidade”*. Esta afirmação remonta ao que Pierre Bourdieu chamou de “Paradoxo do Sociólogo” (Bourdieu, 1983) e levanta questões que têm relação com o campo de estudo da sociologia do conhecimento (Berger e Luckmann, 1985). O mundo social é apreendido por construção ou constatação? Como o mundo social é percebido e qual é a teoria do conhecimento que explica o fato de se perceber o mundo como organizado? (Bourdieu, 1983).

Nos dias atuais, ouve-se falar de estatísticas públicas com muita frequência. Os jornais noticiam, continuamente, índices e mais índices estatísticos. Exige-se, a cada dia, que os institutos de estatística produzam mais e mais informações sobre o meio ambiente, os rumos da economia, a violência, as famílias, o uso do tempo, a pobreza, a fome, a obesidade etc. Não só os governos as querem para administrar mais e melhor, como também os cidadãos desejam usá-las para exercerem maior controle da realidade social, econômica, ambiental etc., assim como para maior controle das atividades do governo.

Na academia, as ciências, sobretudo as humanas, utilizam-se, com frequência, de estatísticas públicas para suas análises. Não raro, ouve-se alguém se referindo às qualidades ou aos problemas de um país, região, localidade ou grupo, a partir de índices estatísticos e, possivelmente, em algum momento, todas as pessoas, já tenham se situado no mundo a partir de alguma média ou classe estatística. Nesse sentido, pode-se mesmo afirmar que muito do que se sabe sobre o mundo seria impossível conhecer sem a “mágica” da agregação estatística.

Assim, as estatísticas vêm sendo usadas como expressões da realidade, como imagens ordenadas dentro de um mundo cada dia mais fragmentado. A partir das informações estatísticas é possível isolar, pelo menos no papel, ou, mais recentemente, no computador, os diferentes grupos e fenômenos que constituem a vida em sociedade. Assim, fala-se no número de brancos e pretos, ricos e pobres, homens e mulheres, jovens e velhos etc. À primeira vista, tudo isso é muito evidente. Age-se como se a produção de estatísticas não passasse de uma simples constatação dos fatos.

Mas, da perspectiva da sociologia das estatísticas², ao se afirmar que as estatísticas oficiais fazem parte de um laborioso processo de construção social da “realidade”, admite-se uma posição inversa. Assume-se a proposição de que a realidade é sempre conhecida por um processo de construção, não de constatação. Isso, por sua vez, sugere a oposição de termos que são correntes na linguagem diária, mas que apresentam atrás de si uma longa história de investigação filosófica, a saber: realidade e conhecimento³.

Admite-se, então, que a realidade não é algo dado, que se faz conhecer pelo simples contato. Ao contrário, nesta perspectiva, a realidade aparece como algo que sobrepõe e ultrapassa os sentidos humanos, que existe de forma tão extensa e complexa que nunca se consegue conhecê-la em sua

² Sobre isso ver Starr (1987) e Santos (2006).

³ Sobre isso ver Duarte Junior (1986) e Berger e Luckmann (1985).

extensão, conhecendo-a sempre de forma segmentada, contingente e parcial. A realidade, sem aspás, aparece, pois, como algo que o conhecimento humano pode apenas tangenciar, como uma “verdade” que está sempre por ser conhecida.

Nesse sentido, a proposição central deste artigo apoia-se nas assertivas da sociologia da ciência ou, antes, da própria sociologia do conhecimento, que, em suas formulações mais recentes, entende que todo conhecimento humano desenvolve-se, é transmitido e mantido em situações sociais. Diante disso, a sociologia tem que procurar compreender o processo pelo qual isto se realiza, de tal maneira que uma “realidade” admitida como certa solidifica-se para todo o conjunto da “sociedade”. Em outras palavras, deve-se buscar entender e analisar como se dá a construção social da “realidade” (Berger e Luckmann, 1985).

No limite, do ponto de vista da epistemologia da ciência, o que está em jogo é a oposição entre objetividade e objetivação, entre o ideal de ciência e a ciência possível. Em uma acepção clássica, objetividade é entendida como a característica daquele conhecimento sobre a realidade que se confunde com a própria realidade. Desta perspectiva, o mundo dos fenômenos e dos fatos é apenas revelado pela ciência. Idealiza-se, assim, o conhecimento científico como um conhecimento exato, que tem a propriedade de estabelecer afirmações inequívocas, que tem validade universal, interpretação única, independente e externa ao sujeito/pesquisador. A ciência moderna, ou melhor, as ciências modernas, as da natureza e as humanas fundaram-se sobre esta premissa.

No conceito de objetivação, ao contrário, há uma desconstrução do ideário de natureza absoluta. Não há fenômenos simples. O mundo fenomênico se configura como produto de uma relação. A identificação do objeto – que já não é livremente apreendido através da experiência imediata, mas construído -, implica um saber provisório, inconcluso, incompatível com as certezas estáveis que prometia o paradigma da objetividade. O conhecimento, por sua vez, só pode constituir-se através de aproximações contínuas, viabilizadas, simultaneamente, pelo modelo teórico e pela aplicação da técnica. A objetivação torna-se, assim, o possível da ciência.

As estatísticas modernas sempre estiveram estreitamente associadas à ideia de objetividade. Em sua origem, concebiam como guia o empirismo (método indutivo) proposto por Francis Bacon (1561-1626). Segundo ele:

(...) resta-nos um único e simples método para alcançar os nossos intentos: levar os homens aos próprios fatos particulares e às suas séries e ordens, a fim de que eles, por si mesmos, se sintam obrigados a renunciar às suas noções e comecem a habituar-se ao trato direto das coisas (Bacon, 1984, p. 20).

Quando a Sociedade de Estatística de Londres foi fundada em 1834, por exemplo, declarou seus propósitos segundo o verdadeiro estilo baconiano: “Buscar, organizar e publicar fatos destinados a ilustrar a condição e as perspectivas da sociedade” (Gay, 1995, p. 452). O “buscar os fatos” lhes parecia muito fácil. Como bons empiristas, tomavam os fatos como dados, restando apenas o esforço de colhê-los.

Há, neste período, uma verdadeira febre estatística. Desejadas por sugerirem objetividade, as estatísticas têm os números, o signo do universal, do exato como sintaxe. Como se entendia, para se

conhecer a “verdadeira verdade”, vale dizer, conhecê-la com objetividade, era preciso obtê-la através dos números.

Willian Petty, cuja teoria foi de singular importância ao conhecimento estatístico, em seu prefácio à Aritmética Política, contrastava seu estilo, influenciado pelo empirismo baconiano, à literatura econômica da época, do tipo descritiva, histórica ou filosófica, afirmando que:

(...) ao invés de usar apenas palavras comparativas, e superlativas e argumentos intelectuais, tratei (como exemplo da aritmética política que há tempos é meu fito) de exprimir-me em termos de número, peso e medida; de usar apenas argumentos baseados nos sentidos e de considerar somente as causas que têm fundamento visível na natureza, deixando à consideração de outros as que dependem das mentes, das opiniões, dos apetites e das paixões mutáveis de determinados homens (...) (Petty, 1983, p.111).

No Brasil não foi diferente; tudo se inicia com narrativas, descrições, impressões, estimativas e passa, sempre com vistas ao ideal de objetividade, à contagem da população, em suas diversas características. Formalizam-se números sobre o Brasil e estruturam-se as primeiras estatísticas públicas. Como sintetiza Senra, no início:

(...) a produção será algo intuitiva. Seus atores não eram especialistas, por certo, mas eram estudiosos, em amplo espectro de matérias, bem assim, na difícil questão da elaboração e utilização das estatísticas. Pouco a pouco, quer-se uma revelação numérica do Brasil; primeiro, em alto e bom som, no parlamento, para legislar-se, depois, em resposta, no executivo, com ações objetivas de produção. Mas, partir à ação era muito difícil, em todas as nações do mundo; o rumo era errático, com idas e vindas. Não obstante, ficará fixada a importância das estatísticas, e o seu desejo não perderá espaço, jamais (Senra, 2005, p. 9).

O ideal da objetividade e o empirismo, enquanto pretensão de conhecimento científico, ajustavam-se perfeitamente às exigências do “fazer ciência” da época. Em última instância, a objetividade era requisito para a legitimidade e credibilidade das estatísticas. Na prática, contudo, colher os fatos apresentou-se como uma tarefa extremamente difícil.

Como se sabe, as categorias e classificações utilizadas para a elaboração das estatísticas oficiais devem, por força da própria natureza do processo de agregação, ser concepções pré-construídas, pois o estatístico não escolhe seus índices. A realidade lhe aparece então pré-moldada pelas categorias já existentes na representação ou na prática individual, social e administrativa. Levado pelas exigências da observação, o estatístico vai cristalizar, enrijecer e, finalmente, devolver à sociedade uma versão conceituada de suas pré-noções (Besson, 1995, p. 52).

Contudo, sabe-se que, mudando as escolhas, as convenções, ou mesmo somente os procedimentos (estatísticos e contábeis), modificam-se as condições de registro estatístico. Daí a máxima de que as estatísticas não provêm da denotação, mas da conotação, pois é o contexto, o contorno, que determina seu sentido. Afinal, trata-se de um olhar que é inevitavelmente subjetivo, seletivo, parcial e contingente.

Percebe-se então que, para produzir estatística, são precisos conceitos, categorias e que, para boa parte dos assuntos a que se demandam estatísticas, não há códigos disponíveis. Descobre-se, assim, ao contrário, que o que se deixa codificar facilmente é o que já foi objeto de uma codificação prévia,

econômica, jurídica ou quase jurídica (Bourdieu, 1990). Descobre-se, ao final, que o que há de codificado tem como princípio não princípios explícitos, objetivados e, portanto, também ele codificados, mas esquemas práticos fundados em condutas e interpretações regulares.

Aceitam-se, assim, como válidas, apenas aquelas estatísticas relacionadas às classificações e categorias que são amplamente difundidas e que têm entendimento comum ao conjunto da sociedade. Age-se como se estas classificações e categorias utilizadas fossem universais (transcendentais). Dentro desta perspectiva, seguem os preceitos da objetividade, categorias tais como sexo, idade, renda, quantidade de recursos naturais etc. São categorias frágeis: cor/raça, família e são subjetivas (inadequadas à produção estatística), categorias como violência, pobreza, vulnerabilidade. Percebe-se, ao cabo, que o paradigma da objetividade, longe de atingir seus objetivos, já que a objetivação é o possível da ciência, cria amarras à produção estatística, limitando seu campo semântico ao uso de categorias e conceitos de entendimento comum e de fácil operacionalização.

Recentemente, contudo, por força da pressão exercida pela demanda contemporânea por novas estatísticas, nota-se, uma significativa mudança de paradigma, que passa da objetividade à objetivação. Perde-se o receio de admitir as estatísticas como construções que têm objetividade objetivada, ou seja, constituem-se em complexas objetivações e que, por isso, guardam limitações semânticas, mas que são imprescindíveis à contemporaneidade.

Aos institutos há o obstáculo do saber-fazer. Aspectos técnicos e metodológicos tornam-se, pois, essenciais. É preciso cautela, sob o risco de se perder a credibilidade. É preciso, como nunca, falar com as ciências, buscar novos conceitos, categorias e em alguns casos (re)significá-los. Acima de tudo, é preciso observar as estatísticas em sua dimensão sócio-política, estabelecendo de forma clara os limites desses conceitos e definições.

Não é pretensão deste artigo analisar a história da produção estatística no Brasil. Seu objetivo é marcar, a partir da análise de algumas pesquisas (seus conceitos e categorias), indícios da mudança de um paradigma baseado na ideia de objetividade para outro, baseado na objetivação, infligindo novos e refinados significados ao campo semântico das estatísticas.

Como exemplo desta mudança de paradigma serão analisados os conceitos de cor/raça e pobreza. Antes, porém, farei uma breve caracterização do que eu chamei de demanda contemporânea por estatísticas.

Caracterização da Demanda⁴

Como sempre o foi, o Estado continua ocupando um papel importantíssimo na definição do programa estatístico, mas perde muito de sua centralidade. O poder de governar não é mais exclusividade do Estado Nacional. Governa-se a nível global quando se dita regras para o comércio, poluição, metas de inflação etc., e governa-se a nível local quando se tem que enfrentar os problemas sociais gerados pela globalização e má distribuição de renda.

⁴ Sobre isso ver Fellegi (1998) e Senra (2000 e 2001).

Não basta mais saber apenas do emprego e desemprego, da pobreza, da inflação, dos salários, do consumo etc. É preciso saber muito mais sobre o social.

(...) Surgem novas práticas de mobilização social, os novos movimentos sociais orientados para reivindicações pós-materialistas (a ecologia, o antinuclear, o pacifismo); ao mesmo tempo, a descoberta feita dos dois períodos anteriores de que o capitalismo produz classes é agora complementada pela descoberta de que também produz a diferença sexual e a diferença racial (daí o sexismo e os movimentos feministas, daí também o racismo e os movimentos antirracistas) Como diz Habermas, “as políticas de distribuição cedem lugar às políticas sobre as gramáticas das formas de vida” (Santos, 2005, p. 88).

Dessas gramáticas das formas de vida, de que fala Habermas, surge uma demanda estatística cada vez mais volumosa e específica. As agências estatísticas continuam a ofertar as estatísticas de emprego e desemprego, previdência, saúde, mas, como alerta Senra (2001), talvez sejam necessárias [agora] novas concepções metodológicas, conceituais e processuais.

Alteram-se, de forma significativa, os referenciais que delineavam e explicavam a organização no mundo contemporâneo. Instaura-se, nesta confusão de paradigmas, uma espécie de crise de sentido, trazendo uma sensação de que não se pode obter conhecimento sistemático sobre a organização da vida em sociedade.

Cria-se, então, um paradoxo curioso, uma vez que a produção de informação⁵ é um traço característico da contemporaneidade, a ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais, à luz da renovação contínua de conhecimento, deveriam causar uma sensação oposta. Contudo, como explica Giddens (1991), como todas as tendências de desenvolvimento, a radicalização da modernidade apresenta traços dialéticos, o que acaba provocando características opostas.

Assim, a confiança no conhecimento de especialistas e nos sistemas peritos está entre as condições essenciais para a sensação de continuidade e segurança em um mundo de incertezas e riscos tão evidentes. Nesse contexto, a informação estatística tem importância especial.

Vistas a partir de sua capacidade de ordenamento, de normalização das práticas, de construção de classes claras e cortes nítidos, as estatísticas subvertem a lógica de um mundo desordenado, tornando-se essenciais para dar sentido às ações no mundo contemporâneo. Multiplicam-se os campos de análise; cada vez mais as estatísticas “revelam” os mundos, mais e mais se expandem seus campos semânticos, bem como, cada vez mais, elas se inserem num campo de produção e reprodução cultural de signos e imagens que norteiam a realidade, influenciando, rotineiramente, através da regulação e/ou da disciplina⁶, a vida de milhões de pessoas.

Para responder positivamente a esta demanda torna-se imperativo reconhecer, que a desejada e desejável objetividade é alcançada como um laborioso processo de objetivação, sendo apenas uma objetividade objetivada. É preciso reconhecer, portanto, que a produção de estatísticas não

5 Segundo Ramonet, em 30 anos, o mundo produziu mais informação do que durante os 5 mil anos precedentes. Um único exemplar do New York Times contém mais informação do que poderia adquirir, durante toda sua vida, uma pessoa do século XVII. Todo o dia, por exemplo, cerca de 20 milhões de palavras de informação técnica são impressas nos diversos suportes (revistas, livros, relatórios, disquetes, CD Rom). Um leitor capaz de ler mil palavras por minuto, oito horas por dia, gastaria um mês e meio para ler a produção de um só dia; e no final desse período, teria acumulado um atraso de cinco anos e meio de leitura (1999, p. 65).

6 Sobre isso ver Santos (2005).

se resume a simples constatação dos fatos, mas a um laborioso processo de construção, a exigir dos estatísticos criatividade, disciplina, modéstia e também ousadia; publicidade das escolhas, dos métodos e dos processos.

Objetivando conceitos

Diferentemente das ciências, onde de forma geral, a observação da realidade se dá com base na validação ou não de hipóteses pré-construídas, na produção de estatísticas oficiais evitam-se hipóteses, já que a intenção é um conhecimento geral, uma primeira aproximação com a realidade. Desta forma, os estatísticos têm que construir meios para apreender essa realidade, complexa e distante. Esses meios dos quais os estatísticos se valem, são os conceitos, as categorias e seus respectivos significados.

As individualidades formadoras das estatísticas podem ser apreendidas através dos registros administrativos (por exemplo, o registro civil) e, com mais frequência, através de questionários padronizados - sempre com amparo de outras ciências-, onde inúmeros investigadores, delegados a essa função pelas centrais estatísticas, recolhem informações junto à “população alvo” da pesquisa.

Há aqui outra singularidade da produção estatística. Afinal, delegar o olhar não faz parte do cotidiano de pesquisa das ciências em geral. E como lembra Latour (2000, p.39), esse processo de delegação do olhar só se realiza com estabilidade se os observadores delegados ao longe perderem seu privilégio - o relativismo - a fim de que o observador central possa elaborar seu panóptico - a relatividade - e encontrar-se presente ao mesmo tempo em todos os lugares.

Volta-se, assim, à ideia de objetivação e de mensuração das coisas e, por conseguinte, também das não-coisas. Logo, de um lado, torna-se claro que a estabilidade da informação estatística depende, e muito, da clareza e publicidade das perguntas, ou seja: o significado da pergunta e o significado da resposta não podem ser diferentes. Por outro lado, ratifica-se a ideia das estatísticas como construções que necessitam de sistemática acumulação de conhecimento, coordenação, controle e método.

Como foi dito antes, notadamente, perguntas relacionadas a assuntos onde se tem maior consenso estabelecido, como por exemplo, sexo e idade, apresentam mais estabilidade que aquelas que exibem diferentes significações como pobreza, vulnerabilidade etc. Como explica Senra, o grande desafio dos estatísticos é fazer com que tantas e tais não-coisas, expressando *leituras (sócio) políticas da realidade*, sejam atentamente coisificadas, expressando *leituras (técnico) científicas da realidade* (1998, p.51). Vejamos alguns exemplos.

Cor/raça nas estatísticas brasileiras

Já no Censo de 1872, primeiro recenseamento geral da população brasileira, há uma pergunta sobre a cor da população, que aparece como subtópico da condição social, então dividida entre livres e escravos. As opções de resposta eram: branco, preto, pardo e caboclo. Como explica (Rosemberg e Piza, 1998-99), considerando que os termos branco, preto e pardo são cores e caboclo possui raiz na

origem racial, o Censo de 1872 parece ter usado um critério misto de fenótipos e descendência para a caracterização racial da população.

É o primeiro censo realizado e as classificações utilizadas, enquanto categorias de entendimento comum, supunham-se adequadas. A esta época, tais conceitos não haviam sido “sociologizados” e “psicologizados” como hoje o são, o que faz parecer razoável supor como objetiva a pretensão de conhecê-los através do recenseamento da população.

O censo de 1890 repetiu a pergunta, mas substituiu a categoria pardo, que segundo consta na documentação censitária “só exprimia o produto do casamento do branco com o preto”, pela categoria mestiço, “indicação mais genérica abrangendo também diversos resultados de fusão com a raça indígena”, tendo, assim, os entrevistados, as seguintes opções de resposta: branco, preto, caboclo e mestiço.

Desta perspectiva, é fácil notar a significação - produto de intenções conscientes - dada às opções de resposta. Se no Censo de 1872 a categoria pardo fazia referência exclusiva à cor da pele (fenótipo), no Censo de 1890 fazia-se referência à mistura racial marcada pela descendência. O que deixava claro, em termos conceituais, aquilo que Oracy Nogueira (1985) distinguiu entre a regra de origem (descendência) e a regra de marca (fenótipo).

Há, contudo, na prática, uma significativa diferença entre o que se pretende conhecer e os resultados que se consegue obter. Se em um primeiro instante, lhes parecia fácil capturar estas características, logo a prática lhes mostrou o inverso:

como ficou provado pelo recenseamento de 1872, um preconceito social muito conhecido frustra a exata averiguação do fato étnico resultante da fusão do elemento africano; resta, portanto, englobá-lo ao que provém da origem cabocla, embora mais conveniente fosse a discriminação, no interesse da ciência (Esteves, 1941 *apud* Oliveira, 2003, p.10).

Os Censos de 1900 e 1920 não incluíram a pergunta cor em seus questionários, o que foi justificado, pela dificuldade de coleta destas informações. No Censo de 1940, volta-se a perguntar sobre a cor (branco, preto, pardo e amarelo), o Censo de 1950 repete a pergunta e em suas notas metodológicas, explica:

Cor – Distribuiu-se a população, segundo a cor, em quatro grupos – brancos, pretos, amarelos e pardos – incluindo-se neste último os índios e os que se declararam mulatos, caboclos, cafuzos, etc. A experiência censitária brasileira demonstra as dificuldades que se opõem à coleta de informações relativas à cor. Reconhecendo embora tal circunstância, julgou-se oportuno proceder a uma pesquisa, uma vez que o recenseamento tem sido, no Brasil, o meio empregado para obter elementos mais amplos sobre este assunto (IBGE, 1956, p. xvii-xviii).

Em 1960 repete-se a pergunta e, em 1970, ela é novamente excluída do questionário. Constatou-se, segundo Costa (1974 *apud* Oliveira, 2003), a existência de múltiplas relações entre o critério de classificação e os termos empregados. Gerando o problema em torno de como as pessoas se classificam e, em se classificando, que termos empregam.

Sob a perspectiva da objetividade, se a pesquisa não apresenta os atributos que o paradigma reclama, a ela não é dada credibilidade e sua validade é severamente questionada. A partir do paradigma da objetivação, ao contrário, se há dificuldades em se obter uma resposta, ou se há vieses nos resultados,

a própria dificuldade e os vieses se tornam objeto de pesquisa, a luz de teorias e conhecimentos sempre renovados.

Na década de 1970, a ideia de colher os fatos, como sinalizava a nota metodológica do Censo de 1950, já não se sustentava, era preciso olhar as estatísticas de cor a partir do paradigma da objetivação e fazer os ajustes necessários para se obter um conhecimento mais elaborado sobre a questão racial no Brasil.

Ao final da década de 1960, a utilização de técnicas de amostragem permitiu que os institutos de estatísticas produzissem cada vez mais estatísticas⁷, não só em relação às variáveis ou ao tempo, mas também em relação ao espaço.

Por iniciativa dos técnicos e do próprio IBGE, introduziu-se, na PNAD de 1976, um suplemento especial onde o levantamento da cor foi feito por meio de dois quesitos: um fechado, com quatro opções de resposta (branca, preta, amarela ou parda) e outro aberto⁸, onde seria reproduzido, exatamente, o que respondesse o entrevistado. Para a resposta aberta, apareceram cerca de 200 respostas distintas, contudo, quando agregadas, nota-se que entre as respostas abertas, as que mais apareceram foram as categorias branca, clara, morena clara, morena, parda e preta, somando 89,17% do total.

Tabela 1 - Distribuição da população por cor, questões aberta e pré-codificada - PNAD – 1976

Categorias	Aberta			Categorias	Pré-codificada		Variação
	Freq.	%	%		Freq.	%	
Branca	34.612	41,91%	44,40%	Branca	44.544	53,94%	9,54%
Clara	2.055	2,49%					
Morena-Clara	2.307	2,79%	44,77%	Parda	28.083	34,01%	-10,76%
Morena	28.427	34,42%					
Parda	6.234	7,55%					
Preta	3.658	4,43%		Preta	6.679	8,09%	3,66%
Outra e Sem informação	5.284	6,40%		Outra e Sem informação	3.271	3,96%	-2,44%
Total	82.577	100,00%			82.577	100%	

Fonte: Derivada de Wood e Carvalho (1994)

7 No Brasil, um exemplo dessas atividades é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD –, implantada progressivamente a partir de 1967, para a obtenção de informações básicas necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. A PNAD teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais, com realização no último trimestre. A pesquisa foi interrompida para a realização dos censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Na década de 70, os principais temas investigados, além das características gerais da população, da educação, do trabalho, do rendimento e da habitação, foram migração e fecundidade. Em 1974/1975, foi efetuada uma pesquisa especial denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar, que, além dos temas anteriores, investigou dados sobre consumo alimentar e orçamentos familiares.

8 Há todo um debate sobre a padronização de questionários e os vieses que isto implica. Em pesquisas de opinião, sobretudo nas pesquisas de intenção de voto, não por acaso os institutos se valem de discos e não de uma lista de opções de resposta para questões estimuladas. Pesquisas apontam que, quando estimuladas, as pessoas sentem-se obrigadas a responder, ainda que não estejam certas da resposta ou que não tenham opinião. Com a lista, há uma hierarquia de nomes e o primeiro tem maior probabilidade de ser escolhido, simplesmente por ser o primeiro que o entrevistado lê. Com o disco, a posição em que vai aparecer cada opção de resposta é aleatória, corrigindo, em termos probabilísticos, este viés.

O cruzamento dos dados, como pode ser visto na tabela 1, mostra que as pessoas conseguem distinguir sua cor a partir no fenótipo (cor da pele) e que parte das pessoas que se declaram nas pergunta aberta como outra cor que não branca, sobretudo os morenos claros e morenos, mudam sua cor para branco quando a resposta é pré-codificada.

Seria essa mudança registrada na pesquisa resultado do que os sociólogos têm chamado de “estigma”⁹? Qual a influência da cor nas relações sociais? Há preconceito no Brasil? Sob o olhar da objetivação, uma série de perguntas se coloca à análise. Se expande o campo semântico das estatísticas¹⁰.

Com total consciência das dificuldades de mensuração e, portanto, guiados pelo paradigma da objetivação, em 2008, o IBGE realizou a “Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População: um Estudo das Categorias de Classificação de Cor ou Raça”. Com uma abordagem diferenciada, a pesquisa abordou a identificação do entrevistado a partir de:

(...) uma pergunta aberta (autoclassificação), sondando algumas dimensões que compõem a identificação de cor ou raça para “as pessoas em geral” e para o próprio entrevistado (cultura, traços físicos, origem familiar, cor da pele etc.). Também perguntou sobre a origem familiar (africana, européia, do Oriente Médio, entre outras) e se o entrevistado se reconhecia com uma série de alternativas de identificação (afro-descendente, indígena, amarelo, negro, branco, preto e pardo), além de levantar informações sobre educação e inserção ocupacional do pai e da mãe da pessoa entrevistada. Muitas perguntas permitiram respostas múltiplas. Em paralelo à autoclassificação, o entrevistador atribuía uma cor ou raça ao entrevistado com uma pergunta aberta (heteroclassificação). Finalmente, a pesquisa abordou a percepção da influência da cor ou raça em alguns espaços da vida social. (Site oficial do IBGE, *grifo nosso*).

Pobreza objetiva e subjetiva

Como lembra Castells (1999), a pobreza tem sido uma presença constante na história do homem, mas o seu significado tem-se modificado através dos tempos. As diversas significações dadas à pobreza estão vinculadas a fatores diversos: orientação de Estado, tipo de formação do Estado-Nação; soberania; autonomia e, principalmente, a luta político-ideológica que se trava a cada momento. Nesse sentido, é preciso lembrar que identificar os pobres significa, em certa medida, entender as causas da pobreza.

Como explica Schwartzman, “a inclusão da temática da pobreza na agenda de organizações internacionais tem levado a uma busca quase impossível por uma definição “objetiva” de pobreza, que sirva de base para comparações internacionais e medição de progresso através do tempo” (Schwartzman, 1997, p. 18). A grande questão é que dados utilizar.

A abordagem que tem embasado quase todas as linhas de pobreza calculadas nos últimos anos tem sido a de necessidades calóricas mínimas ou necessidades calóricas insatisfeitas. Como sugere o nome, deriva-se uma linha de pobreza a partir de um padrão mínimo de alimentação. Em uma linguagem estatística usa-se o determinado consumo diário de calorias como *proxy* de pobreza.

9 Sobre isso ver Goffman (1982).

10 Nos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010 havia o quesito cor. Depois da PNAD de 1976, outros suplementos especiais, aplicados em 1982 e 1986, também procederam à investigação do quesito cor e, a partir de 1987, esta pergunta se integrou ao corpo do questionário da PNAD.

Para operacionalizar o conceito, e criar um índice “objetivo” e comparável, há esforços de todos os tipos. Por exemplo, a CEPAL, o Governo Brasileiro e o Banco Mundial adotam em seus estudos referências diferentes para traçar o limite abaixo do qual uma pessoa deve ser considerada pobre ou indigente (pobreza extrema).

A Cepal utiliza o custo de uma cesta de alimentos que, geograficamente definida, contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de uma pessoa (linha de pobreza); o Banco Mundial, por sua vez, utiliza o dólar PPC (paridade do poder de compra) que elimina as diferenças de custo de vida entre os países; no Brasil, a metodologia oficial usa como referência o Salário Mínimo, isto é, 1/4 do salário mínimo familiar per capita e 1/2 do salário mínimo familiar per capita, limites abaixo dos quais se define uma família extremamente pobre (indigente) e pobre, respectivamente (Site oficial do IBGE).

A novidade está nas pesquisas que se esforçam para traçar uma linha subjetiva da pobreza. Ao lado das pesquisas que tentam traçar um referencial que separa os pobres dos não pobres, usando alguma medida quantitativa como *proxy*, a pesquisa subjetiva busca definir um conceito relacional. Ela dá ao sujeito (entrevistado), a possibilidade de dar sentido à relação material que as pessoas estabelecem com o mundo. Tais perguntas existem em pelo menos duas pesquisas domiciliares feitas no Brasil nos últimos anos: a Pesquisa de Padrões de Vida de 1996 a 1997 (PPV) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003 (POF). Seguem as perguntas:

15.1. Na sua opinião, qual seria a menor renda mensal que uma família de 4 pessoas (casal e dois filhos) precisaria para sobreviver? R\$ _____

15.2. Considerando a sua família, qual seria a menor renda mensal necessária para cobrir gastos com alimentação? R\$ _____

15.3. Em relação a sua família, qual seria a menor renda mensal suficiente para cobrir todas as despesas com a sua manutenção? R\$ _____

15.4. Na sua opinião, a renda total de sua família permite que você leve a vida com:

- () Dificuldade
- () Um pouco de dificuldade
- () Facilidade.

Levando em conta a situação atual de sua família, qual a renda mensal que você consideraria:

15.5. Boa R\$ _____

15.6. Suficiente R\$ _____

15.7. Insuficiente R\$ _____

15.8. Ruim R\$ _____

Como foi discutido anteriormente, esta é uma experiência de pesquisa estatística oficial que só pode existir guiada pelo paradigma da objetivação, pois como explica o próprio instituto:

A medida subjetiva de pobreza é derivada da opinião dos entrevistados, e calculada levando-se em consideração a própria percepção das pessoas sobre suas condições de vida. Segundo especialistas, a percepção de bem-estar de um indivíduo sofre influência de acordo com sua posição em relação aos demais indivíduos de um determinado grupo de referência. Em termos teóricos, não se espera que os dois indicadores sejam coincidentes, mas a expectativa é de resultados próximos (Site oficial do IBGE).

Conclusão

Como se demonstrou neste artigo, a mudança de paradigma que informa toda a produção científica influenciou, de forma significativa também a produção de estatísticas públicas. Sob o paradigma da objetivação, perdeu-se o receio de admitir as estatísticas como construções, expandiram-se as áreas pesquisadas e inovaram-se as formas de pesquisar. Foram aqui citados como exemplos as pesquisas de cor e pobreza, mas há muitos outros. Desde a década de 1970, o IBGE se dedica à construção de indicadores sociais, subjetivos por excelência, e mais recentemente tem empreendido pesquisas de gênero, avaliação das administrações municipais e até mesmo, indicadores de Desenvolvimento Sustentável.

Expandem-se os campos semânticos das estatísticas e, como nunca, é preciso cautela e cuidado ao interpretá-las, pois como sustentam Senra (1998), Besson (1995) e Desrosières (1996), a legitimidade e credibilidade das estatísticas estão vinculadas ao entendimento da natureza desta informação. Para esses autores, para além da competência e capacidade técnica dos institutos de estatística, é preciso que os usuários, melhor dizendo, os demandantes, conheçam as potencialidades e limites desta informação.

Por fim, é importante que se diga que o processo de legitimação da informação estatística e, por conseguinte, das instituições estatísticas, produz novos significados. Tais significados servem para integrar os significados já ligados a processos institucionais díspares (pode-se pensar nas tipologias/classificações e no movimento que vai do conhecimento do dado à tomada de decisão). A função da legitimação consiste em tornar objetivamente acessíveis e subjetivamente plausíveis as observações (objetivações) de “primeira ordem” que foram institucionalizadas, o que tem diversos desdobramentos.

Afinal, à medida que um olhar sobre a pobreza, por exemplo, se torna legítimo, crível e aceito como medida para aquele “problema” social, o processo de legitimação das estatísticas e das instituições produtoras se desdobra para a aceitação de um olhar sobre a realidade, no caso, sobre aquele problema social, o que tem desdobramentos sobre discursos e políticas de combate a pobreza. Seríamos ricos se as pessoas tivessem uma dieta com a quantidade de calorias recomendada?

Faz-se, então, necessário pensar que tipo de estatística se quer, que realidades se quer retratar e sobre qual enfoque se fará isso. Daí as perspectivas opostas sobre o mesmo tema. Isto não diminui a importância das estatísticas. Elas são imprescindíveis à contemporaneidade. Contudo, será preciso, cada vez mais observá-las em sua dimensão sócio-política e para essa atitude reflexiva, a sociologia das estatísticas contribui de forma especial.

BACON, Francis. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, Vozes, 1985.

- BESSON, Jean-Louis. As estatísticas: verdadeiras ou falsas? In: BESSON, Jean-Louis (org). *A ilusão das estatísticas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1995. p. 25-67.
- BOURDIEU, Pierre. O paradoxo do sociólogo. In: *Questões de sociologia*. Editora Marco Zero. Rio de Janeiro. 1983.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- _____. *O poder simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CASTELLS, Manuel. *O fim do milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DESROSIÉRES, Alain. *Do singular ao geral: a informação estatística e a construção do estado*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. [Apresentada no encontro nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, promovido pelo IBGE]
- DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. *O que é realidade*. 4ª ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- FELLEGI, I. P. *Statistical Services - preparing for the future*. Aguascalientes, México: INEGI, 1998. [Servicios estadísticos: preparando para el futuro. Estadística y Economía, Chile, n. 17, p. 19-49 enero, 1999.]
- GAY, Peter. *O cultivo do ódio*. SP, Companhia das Letras. 1995.
- GIDDENS, Anthony. *O Estado-Nação e a Violência*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- IBGE. *Censo Demográfico – 1950*. Rio de Janeiro, IBGE, 1956 (vol. 1).
- _____. Site: www.ibge.gov.br, acesso em 20 de julho de 2012.
- JANNUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2001.
- LATOUR, B. *A ciência em ação*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- NOGUEIRA, Oracy. *Tanto Preto Quanto Branco: Estudos das Relações Raciais*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1985.
- OLIVEIRA, Jane Souto de. *“Brasil mostra a tua cara”: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000*. Rio de Janeiro, ENCE/IBGE, 2003.
- PETTY, William. Aritmética política. *Obras Econômicas*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- RAMONET, Ignacio. *Tiranía da comunicação*. Petrópolis. Vozes. 1999
- ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith. Cor nos Censos Brasileiros. *Revista USP*, São Paulo, n.40, p. 122-137, dezembro/fevereiro 1998-99.
- ROUANET, Sergio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANTOS, Boaventura de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Herberth Duarte dos. Disciplina e regulação: os dois pólos do poder das estatísticas. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 15, n. 1, p. 23-33, jun. 2005.

_____. *Estatísticas Públicas: tempos e significados (o espaço da sociologia das estatísticas)*. 2006. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2006.

SCHWARTZMAN, S. Legitimidade, controvérsias e traduções em estatísticas públicas. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, n. 1, p. 9-38 1997.

SENRA, N. C. *A coordenação estatística nacional: o equilíbrio entre o desejável e o possível*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, RJ, 1998. [Escola de comunicação – ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico – CNPq.]

_____. Informação Estatística: demanda e oferta, uma questão de ordem. *DataGramaZero, Revista de Ciência da Informação*, v.1 n.3 jun/00; (www.dgz.org.br)

_____. Informação Estatística e Política Pública: desafios futuros no presente. *Transinformação*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 57-65, jan./jun., 2001.

_____. *O saber e o poder das estatísticas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

STARR, Paul. The sociology of official statistics. In: ALONSO, Willian & STARR, Paul (ed.). *The politics of numbers*. New York: Russel Sage Foundation, 1987.

WOOD, Charles H.; CARVALHO, José Alberto Magno de. Categorias do censo e classificação subjetiva de cor no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol.11, n.1, 1994.

Recebido em outubro de 2012

Aprovado em outubro de 2012